

ME clarifica delegação de competências

O Ministério da Educação clarificou os termos em que é efectuada a delegação de competências de avaliador do coordenador de departamento curricular e do director (ou presidente do conselho executivo, através de um despacho do secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, que altera diversas disposições do despacho 7465/2008.

O alargamento do universo em quem podem ser delegadas competências de avaliação pelos coordenadores de departamento possibilita a qualquer docente que o requeira ser avaliado por um professor titular do seu grupo de recrutamento.

Assim, e conforme as circunstâncias o exijam, os coordenadores de departamento podem delegar competências nos seguintes professores titulares:

- . do departamento a que pertence o avaliado;
- . de outro departamento curricular, nas situações em que a actividade lectiva do avaliado se insira no âmbito desse outro departamento;
- . nomeados em comissão de serviço, quando não exista número suficiente de professores titulares ou quando não existam professores titulares do grupo de recrutamento do avaliado, caso este o requeira;
- . de outro agrupamento ou escola não agrupada, quando não for possível, pelas razões apontadas na alínea anterior, assegurar a delegação no agrupamento ou escola a que pertence o avaliado;
- . coordenadores de cursos de dupla certificação de educação e formação de adultos ou dos Centros Novas Oportunidades, desde que requerido pelo avaliado.

Refira-se, neste contexto, que os professores nomeados em comissão de serviço são, para todos os efeitos, professores titulares enquanto durar a comissão de serviço.

Nas situações em que for necessário delegar competências de avaliação num professor titular de outro agrupamento ou escola, o processo terá o apoio da respectiva direcção regional de Educação.

Todas as delegações de competências devem incluir a identificação de avaliador e avaliados e serem divulgadas em local acessível a todos os interessados.

Ao proceder à distribuição dos avaliados pelos avaliadores, o responsável pela delegação de competências deve, na medida do possível, garantir que avaliador e avaliados estejam posicionados em patamares de carreira suficientemente distantes, de forma a garantir que a avaliação se faz no cumprimento do princípio da senioridade do avaliador.

Entre outros aspectos deste novo despacho do secretário de Estado da Educação está a determinação de não haver lugar à subdelegação de competências nas delegações previstas, bem como o facto de os membros da direcção executiva em quem o director ou o presidente do conselho executivo delegue competências de

avaliação poderem optar por ficar dispensados do cumprimento da componente lectiva.

Para mais informações, consultar:

1 – Posições da equipa ministerial:

. "Avaliação reforça capacidade da escola pública para cumprir a sua missão com mais eficácia" – artigo da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, publicado no semanário Expresso em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2940.html>.

. "Não há, nem haverá, suspensão do processo de avaliação do desempenho" – declaração do secretário de Estado Jorge Pedreira à Imprensa em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2928.html>.

. "Uma avaliação séria melhorará a escola" – discurso da ministra na Assembleia da República, realizado em 04 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2923.html>.

. "Se o Governo suspendesse a avaliação seria uma vergonha" – entrevista da ministra ao Correio da Manhã e ao Rádio Clube, divulgada em 16 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2852.html>.

. "É a defesa do interesse público que está em causa" – entrevista da ministra ao Expresso, publicada em 15 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2853.html>.

. "Este modelo de avaliação protege os professores" – entrevista da ministra difundida pela RTP N em 23 de Outubro último, em <http://www.min-edu.pt/np3/2764.html>.

. "Queremos reconhecer os professores excelentes" – entrevista da ministra à Visão, publicada em 16 de Outubro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2765.html>.

2 – Esclarecimento sobre a avaliação de desempenho dos professores, em <http://www.min-edu.pt/np3/2925.html>

3 – Notas sobre um modelo de avaliação que protege os professores: Estão garantidas condições para uma normal progressão na carreira para todos os professores que obtenham a classificação de Bom, para a qual não existem quotas, em <http://www.min-edu.pt/np3/np3/2905.html>.

4 – Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação e os sindicatos em <http://www.min-edu.pt/np3/1900.html> (Declaração do Ministério anexa à acta da sessão de assinatura do Memorando em <http://www.min-edu.pt/np3/1921.html>).

5 – Dossier Avaliação do Desempenho Docente, em <http://www.min-edu.pt/np3/193>.

(11 de Dezembro de 2008)